



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

ANEXO I

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 26 / 2017

OBJETO	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de solução integrada, contemplando a subscrição de softwares da plataforma <i>Adobe Creative Cloud</i> , Licença Governamental, por 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito meses), em atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).
PROCESSO	29881/2017-e
ESTIMATIVA	R\$ 9.086,64
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
TIPO	MENOR PREÇO UNITÁRIO

RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

EQUIPE REQUISITANTE: José Davi Magalhães Luciene de Fátima Carvalho Teodoro	TELEFONE: (61) 3314-2873 / (61) 3314-2295 EMAIL: davi@tc.df.gov.br / lucienef@tc.df.gov.br
EQUIPE TÉCNICA: João Guilherme Granja e Reis	TELEFONE: (61) 3314-2963 EMAIL: joaoguilherme@tc.df.gov.br
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO Oswaldo Junqueira Vaz Júnior	TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 2 de 32

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de solução integrada, contemplando a subscrição de softwares da plataforma Adobe Creative Cloud, Licença Governamental, por 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito meses), em atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Provimento de solução integrada, contemplando a subscrição de softwares da plataforma *Adobe Creative Cloud*, com disponibilização de um conjunto completo de aplicativos móveis e de desktop da Adobe, desde os aplicativos essenciais, como ferramentas inovadoras para edição de informações pertinentes aos setores demandantes.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de Direito

2.2.1.1. Nos termos do art. 27 do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, compete à Divisão de Tecnologia da Informação auxiliar o Tribunal na formulação de políticas e diretrizes na área de Tecnologia da Informação, bem como na distribuição dos recursos tecnológicos, coordenando e implementando as atividades e soluções delas decorrentes, **bem como** planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite, **além de** zelar pela segurança e integridade dos sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativas.

2.2.1.2. O art. 13 do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, atribui à Escola de Contas **as competências de** elaborar materiais didáticos e de apoio para instrutores, palestrantes e professores.

2.2.1.3. O art. 46 do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, determina à Secretaria de Macroavaliação de Gestão Pública implementar as atividades necessárias à consecução dos Planos Estratégico e Geral de Ação. Neste caso, a produção dos Sumários Executivos de Auditoria visa **dá cumprimento** ao objetivo do Plano Estratégico do TCDF.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 3 de 32

2.2.1.4. Por fim, nos termos do estabelecido no art. 77, inciso X, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, é da competência dos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, as atividades de explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.

2.2.2. Razões de Fato

2.2.2.1. O TCDF possui 4 (quatro) licenças antigas da plataforma *Adobe CS 6* e mais 2 (duas) subscrições da suíte *Adobe Creative Cloud*. Essas ferramentas encontram-se em disponibilidade para os servidores da Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública (SEMAG) e da Escola de Contas Públicas, por intermédio da Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas (COOSEP).

2.2.2.2. A Escola de Contas Públicas cabe elaborar materiais didáticos e de apoio para instrutores, palestrantes e professores com a utilização de programas de editoração eletrônica, atualmente se servindo de uma das 4(quatro) licenças do *Adobe CS 6* e 1(uma) do pacote de softwares *Adobe Creative Cloud*. Para esse fim, o corpo técnico da Escola de Contas Públicas utiliza-se de softwares de editoração eletrônica na produção de folders, cartilhas, apostilas, materiais didáticos, interfaces de sítios da internet, animações gráficas, banners, edições de vídeos e outras atividades do sistema de identidade visual da Escola de Contas do TCDF, objetivando a divulgação de suas ações.

2.2.2.3. Por fim, cumpre informar que a Escola de Contas Públicas constatou haver a necessidade de se possuir uma licença adicional da suíte *Adobe Creative Cloud*, pois muitas das atividades, exercidas naquela unidade, já não são solucionadas com o uso das licenças antigas, aliando-se a isso a necessidade de não se concentrar as atividades da unidade em um só servidor/usuário.

2.2.2.4. A SEMAG utiliza uma subscrição do software disponível para elaboração dos Sumários Executivos de Auditoria, publicação de enorme importância para o fomento do controle social e divulgação das ações do TCDF. Vale ressaltar que essa publicação é construída em linguagem acessível, enriquecida com



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 4 de 32

imagens, gráficos e outros elementos de identidade visual, cuja elaboração utiliza as funcionalidades disponibilizadas pela suíte *Adobe Creative Cloud*. Ademais, o software é utilizado também para preparação da apresentação veiculada nas Sessões Especiais de apreciação do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre Contas Anuais do Governo.

2.2.2.5. O ajuste firmado pelo TCDF para as 2 (duas) subscrições *Adobe Creative Cloud* tem vigência que se findou em 13/10/2017 sem possibilidade da renovação, de forma que as funcionalidades da solução tiveram garantia de disponibilidade aos usuários até o limite mencionado. Há, portanto, a necessidade de proceder à contratação desses serviços com vistas à continuidade das atividades exercidas pelos setores do TCDF, mesmo havendo descontinuidade pelo período destinado ao trâmite do procedimento licitatório.

2.2.2.6. Considerando o final do atual ajuste para uso das 2 (duas) subscrições, bem como o fato de as outras 4 (quatro) licenças da antiga suíte de programas de editoração eletrônica encontrarem-se desatualizadas, uma vez que foi descontinuada pela fabricante, restam claros os motivos desta contratação.

2.2.2.7. Dessa forma, dada a relevância os trabalhos efetuados pelas unidades do TCDF, conclui-se demonstrada a necessidade da aquisição em tela, que deve se pautar pela escolha de uma solução que mantenha a compatibilidade do legado existente (*Adobe CS 6*) e propicie as novas funcionalidades já experimentadas (*Adobe Creative Cloud*).

2.2.2.8. No pagamento da subscrição deverão ser incluídas as tarefas de manutenção, devendo os programas da suíte estarem alojados em nuvem, de modo que a única coisa necessária para acesso aos programas e funcionalidades seja o acesso à internet.

2.2.2.9. Por fim, observa-se que para o objeto da presente contratação o fornecedor entrega as subscrições para uso, todavia, essas consubstanciam o chamado “Software as a Service (SaaS)”, correspondendo de fato a uma locação de software – prestação de serviço. Assim, a subscrição representa uma ferramenta em constante evolução, que incorpora as últimas novidades de forma automática, sem ser necessário esperar que se desenvolva uma nova versão do programa e incorporando-as sem ser preciso pagar por novas licenças de atualização, não



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 5 de 32

incorrendo em obsolescência para a CONTRATANTE.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Manutenção dos novos recursos visuais nos materiais de apoio da Escola de Contas, recursos já implementados pelo atual ajuste por meio da suíte *Adobe Creative Cloud*.

2.3.2. Agilidade na produção de páginas de divulgação das ações da Escola de Contas.

2.3.3. Melhoria na produção de publicações para o fomento do controle social.

2.4. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DESTA SOLUÇÃO

2.4.1. Releva invocar a aplicabilidade do princípio da padronização, insculpido no inciso I do art. 15 da Lei nº 8.666/1993, na aquisição de 3 (três) subscrições da plataforma *Adobe Creative Cloud*, haja vista as considerações em sequência.

2.4.2. Esse princípio foi reproduzido no inciso I do art. 14 do Decreto Distrital nº 36.520, de 28 de maio de 2015, tendo consonância com o entendimento trazido na Súmula nº 270/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU), ratificado pela Decisão TCDF nº 2749/2014, nos quais permite-se a indicação de marca para aquisição de produtos de informática, objetivando o aproveitamento da curva de aprendizagem e o legado existente, mostrando-se a opção mais econômica e vantajosa à Administração, salvo melhor juízo.

2.4.3. Há de se considerar que as opções apresentadas para fazer frente à demanda apresentada buscam uma solução de software disponível no mercado com as funcionalidades dos aplicativos já em curso e instrumentalizados pelos servidores deste TCDF.

2.4.4. A padronização desses aplicativos proporciona maior integração com as ferramentas em uso nos setores e facilita a gestão do ambiente, a atualização e distribuição de pacotes, minimizando custos na contratação.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Contratação de serviços de solução integrada, contemplando o serviço de subscrições de softwares da plataforma *Adobe Creative Cloud*, Licença Governamental, com a subscrição de aplicativos e serviços de implantação, suporte técnico e atualização de versão, serviços técnicos especializados no uso da solução, de acordo com as características técnicas descritas a seguir e com os quantitativos da tabela trazida no Anexo II, composta dos seguintes aplicativos:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 6 de 32

3.1.1. **ADOBE PREMIERE PRO** - ferramenta de edição e tratamento de vídeos em tempo real, com edição de efeitos, aceleração gráfica, aplicação de aparência otimizada, correção de cor, perspectiva 3D entre outros;

3.1.2. **AFTER EFFECTS** - ferramenta para composição de vídeo, que permite a produção de animação de textos, tratamento de imagens e composição de diversos grafismos (criados dentro e fora do programa de composição) para elaboração de vinhetas, animação de personagens, criação de ilustrações animadas para documentários, jornalismo, entre outros;

3.1.3. **DREAMWEAVER** - ferramenta para criação, desenvolvimento e manutenção de sites modernos e responsivos. Possui interface moderna e um mecanismo de codificação rápido e flexível para fornecer meios fáceis de criar, codificar e gerenciar sites com uma aparência incrível em qualquer tamanho de tela;

3.1.4. **FLASH BUILDER PREMIUM** - ferramenta de desenvolvimento profissional para criação de jogos e aplicativos para a web e dispositivos móveis usando o ActionScript® e o framework Flex de código aberto; inclui suporte para codificação inteligente, etapas interativas, depuração e fluxos de trabalho de publicação multiplataforma;

3.1.5. **ANIMATE CC** - ferramenta para a criação de animações interativas e conteúdo multimídia para diversas plataformas, incluindo Flash/AIR, HTML5 Canvas e WebGL;

3.1.6. **ILLUSTRATOR** - ferramenta para criação de gráficos vetoriais e ilustrações para impressão, Web, vídeos e dispositivos móveis;

3.1.7. **INDESIGN** - ferramenta de editoração eletrônica para a elaboração de layouts profissionais para publicações impressas e digitais;

3.1.8. **ADOBE PHOTOSHOP** - ferramenta para criação, edição e análise avançada de imagens, edição de vídeos e trabalhos em 3D

3.1.9. **ADOBE AUDITION** - ferramenta para gravação, mixagem e restauração de áudios para transmissões, vídeos e filmes;

3.1.10. **MEDIA ENCODER** - ferramenta de gerenciamento de mídia permitindo trabalhar com mídias de maneira unificada entre aplicativos; possui integração com Adobe Premiere Pro CC, After Effects CC e aplicativos que fornecem fluxo de trabalho para processamento de mídia;

3.1.11. **BRIDGE** - ferramenta que fornece acesso centralizado a todos os arquivos e ativos



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 7 de 32

de mídia necessários para projetos criativos; organiza arquivos pessoais e de equipe, realiza edições em lote com facilidade, adiciona marcas-d'água, define preferências de cores centralizadas e realiza *upload* de fotos no Adobe Stock; simplifica o fluxo de trabalho e mantém organizados arquivos utilizados;

3.1.12. ADOBE PRELUDE - software para a importação e a geração de logs de vídeo, permitindo a criação de clips de vídeo, modelos de tags personalizados, registro de notas de gravação em dispositivos móveis, uso de painéis em HTML5, integração com sistemas de terceiros, exportação de lista de marcadores, comparação de arquivos com arquivos padrões;

3.1.13. ADOBE MUSE - software de criação e publicação de sites dinâmicos para desktop e dispositivos moveis, sem a necessidade de programação e permitindo a incorporação de códigos HTML; possui widgets para a inserção no site entre outros recursos;

3.1.14. ADOBE INCOPY - software para colaboração em fluxos de trabalho editoriais, integrando autores, editores e designers; permite a edição simultânea do mesmo documento, controlando as contribuições, pesquisa de conteúdo específico em documentos, visualização do som enquanto faz a edição na exibição de formas de onda, ou partes do espectro de som, inclusão de notas de rodapé, acesso a biblioteca de fontes, gerenciamento de cores através de amostras de outros aplicativos;

3.1.15. ADOBE PHOTOSHOP LIGHTROOM - ferramenta de organização, edição e processamento de fotos digitais em lote, com as ações de alteração de elementos como saturação, brilho, gama, luz e contraste, permitindo a alteração do nome da imagem e a conversão do tipo da imagem para BMP, EPS, GIF, JPEG, PCX, PSD, PNG e Tiff;

3.1.16. EXPERIENCE DESING - ferramenta para design e protótipos de experiências de usuários para a Web e dispositivos móveis;

3.1.17. PROJECT FELIX - ferramenta para composição 2D e 3D simplificada para imagens realistas;

3.1.18. ACROBAT PRO - ferramenta para criação, edição e assinatura de documentos e formulários PDF;

3.1.19. CHARACTER ANIMATOR - ferramenta para animação de personagens 2D em tempo real;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 8 de 32

3.1.20. **FUSE** - ferramenta para criação de personagens 3D personalizados para projetos do Photoshop;

3.1.21. **ADOBE SPARK** - ferramenta para criação de gráficos, páginas da Web e vídeo-histórias em minutos. Cria gráficos impressionantes, páginas web e histórias de vídeos em minutos. O Adobe Spark está incluído em todos os planos da Creative Cloud, permitindo que personalize criações com sua própria marca ;

3.1.22. **SCOUT** - Ferramenta que cria perfis de jogos em Flash online e em dispositivos móveis. O Adobe Scout possibilita a criação de perfis SWF simples mas abrangente projetada para desenvolvedores de jogos em Adobe Flash. Qualquer arquivo SWF, seja para dispositivos móveis ou para navegadores, pode ser rapidamente perfilado sem qualquer alteração no código, e o Adobe Scout detecta, com rapidez e eficiência, problemas que possam afetar o desempenho.

3.1.23. **STORY PLUS** - ferramentas colaborativas para criação de roteiros, relatórios e planejamentos;

3.1.24. **PHONEGAP BUILD** - ferramenta para compactação de aplicativos móveis na nuvem.

3.2. A nova versão da suíte de editoração eletrônica da fabricante Adobe dispõe de novos recursos que agregarão valor às atividades das unidades do **TCDF**. Entre esses, destacam-se aqueles atinentes aos programas denominados 'Muse' e 'Premiere Pro'.

3.2.1. O Adobe Muse permite a criação de páginas Web com recursos visuais, sem a necessidade de escrever códigos em HTML, implementada pelo conhecido recurso WYSIWYG (What You See Is What You Get, em inglês). Essa ferramenta propicia a confecção de páginas para divulgação dos conteúdos produzidos pela Escola de Contas de forma ágil, com apresentação profissional e de alto impacto por seus recursos visuais, que são determinantes para atração dos públicos alvos da Escola.

3.2.2. O Adobe Premiere Pro possui a mesma interface dos aplicativos integrantes da suíte da Creative Cloud, facilitando o manuseio e o aprendizado. Vale dizer ainda que os recursos de edição de vídeos, presentes neste programa, são de fácil uso e intuitivos.

3.3. Não será aceita a versão da Licença Educacional, haja vista que essa versão é para instituições que possuem registro no Ministério da Educação (MEC), sendo inclusive necessária autorização prévia da Adobe para o fornecimento desse tipo de Licença para averiguação de informações e enquadramento como instituição educacional.

Termo de Referência nº 26/2017



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 9 de 32

3.4. DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

3.4.1. DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA

3.4.1.1. A subscrição da suíte deve garantir a segurança dos arquivos armazenados em nuvem, cujo acesso deve ser restringido apenas aos usuários indicados e habilitados pelo CONTRATANTE.

3.4.1.2. A subscrição deve garantir que apenas os empregados internos da fabricante da suíte *Adobe Creative Cloud* tenham acesso aos arquivos armazenados em nuvem para execução de tarefas afetas aos serviços de armazenamento, sem, contudo, violar o sigilo das informações.

3.4.1.3. O acesso mencionado no subitem anterior não deve implicar corrompimento dos arquivos, garantindo-se procedimentos para recuperação deles em caso de eventual falha.

3.4.2. DOS DEMAIS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

3.4.2.1. A subscrição deve garantir a criação, edição e exclusão de usuários até o limite das licenças contratadas, tantas vezes que se fizerem necessárias.

3.4.2.2. O gerenciamento de usuários será realizado por servidor indicado pelo CONTRATANTE.

3.4.2.3. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela criação do usuário gestor das licenças, indicado pelo CONTRATANTE.

3.4.2.4. O sítio da *Creative Cloud*, que permite o acesso à suíte de programas em sua versão *online*, deve estar em português.

3.4.2.5. Os programas integrantes da suíte *Adobe Creative Cloud* devem dispor, preferencialmente, telas e menus em idioma português e, na sua impossibilidade, opção para o idioma inglês.

3.4.2.6. A subscrição, após o decurso do prazo de vigência do ajuste, não será prorrogada automaticamente.

3.4.2.7. A subscrição deve garantir a baixa (ou download) dos programas em quantidade de vezes ilimitadas durante a vigência do ajuste.

3.4.2.8. A subscrição da suíte deve permitir a atualização de seus programas



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 10 de 32

integrantes, durante a vigência do ajuste, bem como o armazenamento em nuvem, com tamanho mínimo de 2 Gb, e a sincronização de arquivos, sem restrições para os tipos de arquivos.

3.4.2.9. Além do armazenamento em nuvem, a suíte deve possibilitar a gravação de arquivos em disco rígido local, a critério do usuário, ou ainda utilizar a sincronização combinada com o armazenamento local.

3.4.2.10. A subscrição deve possibilitar a instalação dos programas em mais de um desktop do CONTRATANTE, limitando-se o uso simultâneo pelo número máximo de licenças contratadas.

3.4.2.11. A subscrição também deve oferecer a possibilidade de desativação de uma licença da *Creative Cloud* em um computador com o objetivo de liberar a opção de instalação em outro desktop do CONTRATANTE.

3.4.2.12. Em caso de cancelamento ou não renovação das licenças, a subscrição deverá permitir acesso a todos os arquivos armazenados em nuvem por 90(noventa) dias e, por prazo indeterminado, os armazenados em disco rígido.

3.4.2.13. Caso ocorra o excesso de armazenamento em nuvem, a subscrição deve permitir a realocação de arquivos em nuvem com o objetivo de liberar espaço em disco online para sincronizar arquivos.

3.4.2.14. A subscrição deve oferecer recursos de compartilhamento de arquivos armazenados em nuvem.

3.4.2.15. A subscrição deve permitir que o usuário escolha não compartilhar dados da experiência de uso dos aplicativos instalados nos desktops do CONTRATANTE.

3.4.2.16. Os programas integrantes da suíte *Adobe Creative Cloud* devem estar habilitados para trabalho *off-line*, ou seja, permitir a instalação diretamente em desktop do CONTRATANTE, exigindo-se o acesso à internet apenas no interregno de 30(trinta) dias para validação das licenças.

4. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Termo de Referência nº 26/2017



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 11 de 32

4.1.1. Para a execução do ajuste, será implantado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

4.1.2. Cabe ainda destacar que no modelo adotado não se exigirá exclusividade dos técnicos da CONTRATADA nem tampouco haverá ingerência do CONTRATANTE durante a realização dos serviços.

4.1.3. Para a prestação dos serviços **de subscrição de suíte de aplicativos**, pertinentes ao objeto da presente contratação, deverão ser observadas as quantidades, as condições, as especificações técnicas e os requisitos funcionais estabelecidos no item 03 do presente Instrumento.

4.1.4. Os serviços **de subscrição** serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço global.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei 8.666/1993, o presente Edital, seus Anexos e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato a ser assinado.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após convocação, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o subitem 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente **Termo de Referência**.

4.3. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.3.1. A **disponibilização da subscrição dos softwares** consistirá na criação do usuário gestor, prevista no subitem 3.3.2.3, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, no máximo, após o recebimento da nota de empenho pela licitante vencedora do certame.



4.3.2. Caso ocorra algum impedimento técnico que impossibilite o gerenciamento previsto no subitem 3.3.2.2 acima, durante o prazo de entrega previsto no subitem anterior, considerar-se-á inadimplida a obrigação contratual, devendo a **CONTRATADA** envidar os esforços necessários para o saneamento do problema dentro do prazo do adimplemento do objeto.

4.3.3. A **CONTRATADA** oferecerá todo o suporte e auxílio para que o usuário gestor possa criar os demais usuários correspondentes ao número de licenças contratadas com vistas a caracterizar o adimplemento do objeto.

4.4. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO FAVORECIMENTO SEGUNDO A LC Nº 123/2006

4.4.1. O tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte não é aplicado na contratação em tela (produtos Adobe), haja vista que a revenda dos aplicativos fazem parte de uma Política da empresa.

4.4.2. Desde o dia 05/07/2017, apenas as revendedoras autorizadas pela Adobe que tenham a qualificação de **Especialização em Governo** podem fornecer produtos Adobe a qualquer órgão de governo e instituições de ensino públicas, segundo informações da mencionada empresa, podendo ser acessadas em <https://adobe.ly/2sHnIhb>

4.4.3. Para obter a certificação de **Especialização em Governo**, uma série de requisitos e características são exigidos das empresa revendedoras. Entre eles, são requeridos às revendedoras integre ao rol de vendas Gold ou Platinum da Adobe e constituir-se em empresa de sociedade limitada ou sociedade anônima, de acordo com a legislação brasileira (MEIs, EPPs ou microempresas são inelegíveis).

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidades. Esse conceito define o **CONTRATANTE** como responsável pela gestão do contrato e pela verificação da conformidade do(s) produto(s) e serviço(s) aos padrões de qualidade exigidos e a **CONTRATADA** como responsável pela entrega do(s) produto(s) e serviço(s) de acordo com as especificações constantes do item 3 (três) do presente **Termo de Referência** e no Anexo II (Estimativa de Preços).

5.1.2. A execução do objeto contratado pressupõe a existência dos seguintes papéis e



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 13 de 32

responsabilidades:

5.1.2.1. **FISCAL DO CONTRATO:** é o servidor ou comissão de servidores, designados pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos produtos e serviços;

5.1.2.2. **PREPOSTO:** funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e por atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao cumprimento contratual.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do ajuste, assim como para atestar a execução do objeto.

5.2.2. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações para os produtos e serviços, constantes do presente **Termo de Referência** e do Instrumento Convocatório.

5.2.3. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

5.2.4. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

5.2.5. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

5.2.7. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para o fornecimento do(s) produto(s) e serviços.

5.2.8. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento e no Edital, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 14 de 32

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1. Manter todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento licitatório, durante o período de vigência contratual, e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.3.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, conforme inciso VI do art.78 da Lei nº 8.666/93.

5.3.3. Entregar o(s) produto(s) e serviços em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, na quantidade indicada na Nota de Empenho e em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.3.4. Entregar, no prazo estabelecido, o objeto deste **Termo de Referência**, junto à Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF.

5.3.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços especificados no presente **Termo de Referência**, no Edital e seus anexos, utilizando-se de empregados treinados e devidamente habilitados para sua execução.

5.3.6. Assumir a responsabilidade pelo transporte e entrega do(s) produto(s) no local indicado pelo CONTRATANTE.

5.3.7. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste.

5.3.8. Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.

5.3.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contratação objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contratado.

5.3.10. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.



5.3.11. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato, atinentes ao atendimento da presente contratação.

5.3.12. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de outras ocorrências relevantes, em tempo hábil para as devidas providências saneadoras.

5.3.13. Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, por sua culpa ou dolo, em decorrência da execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

5.3.14. Não utilizar o nome do TCDF ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, inclusive em cartões de visita, anúncios e impressos.

5.3.15. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

5.3.16. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Fiscalização do Contrato, os produtos e serviços recusados, quando da fase de seus recebimentos.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. As disposições que tratam DA FISCALIZAÇÃO constam da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.5. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES

5.5.1. As disposições que tratam DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO constam da CLÁUSULA SÉTIMA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1. As disposições que tratam DO RECEBIMENTO DO OBJETO constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. As disposições que tratam DO PAGAMENTO constam da CLÁUSULA QUINTA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 16 de 32

5.8.1. As disposições que tratam DO REAJUSTE DE PREÇOS constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO:

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as partes.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. O valor estimado para o objeto da presente contratação é de **R\$ 9.086,64 (nove mil, oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme detalhado na planilha estimativa de preços constante do Anexo II (Planilha Estimativa de Preços).

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos itens do objeto.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não aceitar a Nota de Empenho da Despesa, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no instrumento convocatório e demais disposições legais.

8.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da

Termo de Referência nº 26/2017



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 17 de 32

Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

8.4. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) por dia de atraso sobre o preço do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

8.5. As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

8.6. Outras disposições que tratam sobre SANÇÕES na execução contratual, a serem aplicadas durante o fornecimento dos produtos, constam da CLÁUSULA DÉCIMA da Minuta do Contrato, constante do Anexo IV (Minuta do Contrato) do Edital.

9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO por Item** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. Os produtos a serem adquiridos se enquadram no conceito de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser adquirido por meio de Pregão Eletrônico.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 18 de 32

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, a PROPONENTE deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF.

9.2.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.2.1.3. Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.4. Registro comercial, no caso de empresário individual;

9.2.1.5. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.6. **Declaração** válida da Adobe do Brasil, pertencente ao programa *Adobe Partner Connection - Reseller Program Guide*, que é uma revenda Especializada em Governo, estando autorizada a fornecer Produtos Adobe diretamente a qualquer órgão público.

9.2.2. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em prazo idêntico ao estipulado para a entrega da proposta.

9.2.3. Em caráter de diligência, poderão ser solicitados, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por fax ou e-mail, bem como correções ou omissões na proposta e documentação remetidas.

9.2.4. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

9.2.5. A não apresentação da documentação constante dos incisos 9.2.1.1 e 9.2.1.2 do item 9.2.1 não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta dos documentos via Internet.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 19 de 32

10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1. Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002;

10.1.2. Decreto Federal nº 5.450/2005;

10.1.3. Lei Complementar nº 123/2006;

10.1.4. Lei Distrital nº 4.770/2012.

11. ANEXOS

11.1. ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS;

11.2. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

11.3. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

12. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São responsáveis pelo Termo de Referência a Secretária de Macroavaliação da Gestão Pública, a Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas e do Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 20 de 32

ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	3	und	Subscrição da plataforma de programas <i>Adobe Creative Cloud</i> , Licença Governamental, por 12 (doze) meses.	3.028,88	9.086,64
VALOR TOTAL ESTIMADO					9.086,64



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 21 de 32

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DO LICITANTE, CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta para contratação de empresa especializada para subscrição de 3(três) **subscrições de** programas *Adobe Creative Cloud*, **Licença Governamental**, por 12 (doze) meses, de forma a auxiliar o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF no despenho de suas atividades, incluindo impostos, taxas, transportes, instalação e quaisquer outros custos para a entrega dos produtos prontos para utilização e prestação dos serviços agregados, conforme abaixo:

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	3	und	Subscrição da plataforma de programas <i>Adobe Creative Cloud</i> , Licença Governamental , por 12 (doze) meses.		(*)
VALOR TOTAL					

(*) Valor a ser lançado no **Compras Governamentais**

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

A (NOME DO LICITANTE) declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone/fax:
Banco/agência/conta:
E-mail:



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 22 de 32

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM
O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
E A EMPRESA _____ PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO
INTEGRADA CONTEMPLANDO O SERVIÇO DE
SUBSCRIÇÕES DE SOFTWARES DA
PLATAFORMA ADOBE CREATIVE CLOUD –
LICENÇA GOVERNAMENTAL (PROCESSO Nº
29881/2017-e).**

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma do seu Regimento Interno, _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede no _____, CNPJ/MF nº _____, inscrita no nº _____, representada por seu Sr. _____, CI nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresas para prestação de serviço de solução integrada contemplando a subscrição de softwares da plataforma ADOBE CREATIVE CLOUD – Licença Governamental, para o Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital da Pregão nº _____/2017, bem como anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão executados na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário.

Termo de Referência nº 26/2017



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 23 de 32

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estabelecido na proposta no montante de R\$____(_____), referente aos serviços de subscrição de softwares da plataforma *Adobe Creative Cloud*, pagos em parcela única.

3.2 A despesa correrá à conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE.

3.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto desta licitação, inclusive envio de obras em demonstração e eventual devolução das que não forem de interesse do TCDF, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES

4.1. A prestação de serviço de solução integrada contemplando subscrições de softwares de programas ____ deverá ser disponibilizada (via web), em 15(quinze) dias, contados após o recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

4.2. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de execução do objeto poderão ser prorrogados pelo CONTRATANTE, devendo ser mantidas as demais exigências do ajuste e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal, na forma do item 3.1 do presente Instrumento, as quais, após a devida atestação, serão objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/09 da Secretaria de Estado da Fazenda do



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 24 de 32

Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/13, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no *caput* desta Cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso o(s) fornecimento(s)/serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

6.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do
Termo de Referência nº 26/2017



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 25 de 32

CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em: _____, tendo a seguinte classificação funcional e programática: _____ e fonte de recursos: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA, LOCAL, PRAZOS E EXECUÇÃO

7.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável caso haja interesse da Administração, até o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos da Lei 8.666/1993, desde que mantidas as mesmas condições exigidas na habilitação, sendo seu extrato publicado no DODF, às expensas do CONTRATANTE.

7.2 O objeto da presente contratação está previsto no Plano Plurianual do Distrito Federal (Lei Distrital nº ____/201__), encontrando-se no Programa de Trabalho nº “_____ – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”.

7.3 O prazo para disponibilização dos aplicativos da plataforma será de até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, que deverá ocorrer em uma única vez, de acordo com a quantidade indicativa no Contrato.

7.4 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ajustado.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

8.1.1. não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Edital da Cotação Eletrônica nº 10/2017 e seus anexos;

8.1.2. o atraso injustificado para o início do fornecimento dos produtos e/ou prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

8.1.3. o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.4. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 26 de 32

para acompanhar o Contrato;

8.1.5. a decretação de falência;

8.1.6. a dissolução da sociedade;

8.1.7. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993;

8.1.8. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993;

8.1.9. subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato; e

8.1.10. uso ou emprego da mão de obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

9.1 Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

I - execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

II - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

10.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, recusar-se a aceitar a nota de empenho, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas

Termo de Referência nº 26/2017



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 27 de 32

previstas em edital, no presente Instrumento e nas demais cominações legais.

10.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

10.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

10.4. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) por dia de atraso sobre o preço do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

10.5. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato.

10.6. As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

10.7. No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste tópico.

10.8. As multas tratadas neste tópico serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

11.1.1 Receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Quarta deste contrato;

11.1.2 Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula Quinta mediante Nota Fiscal devidamente atestada;

11.1.13 Cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº __/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Termo de Referência nº 26/2017



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 28 de 32

12.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

12.1.1. fornecer os bens e serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;

12.1.2. cumprir as obrigações estabelecidas no Edital da Cotação Eletrônica nº 10/2017 e seus anexos;

12.1.3. cumprir orientação do fiscal/executor do contrato;

12.1.4. ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993, em decorrência do fornecimento dos bens.

12.2 A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do ajuste/contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização e o controle da execução dos serviços serão exercidos por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 3, de 22.12.1997.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

13.3.1 determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas;
e



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 29 de 32

13.3.2 sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

13.4 O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequadas, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

13.5 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

14.1.1 **PROVISORIAMENTE**, pelo servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante relatório de execução dos serviços referente à obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;

14.1.2 **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de até noventa dias do término da execução contratual, que comprove a adequação da execução do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto, por meio de termo circunstanciado também assinado pelo representante da CONTRATADA, em 2 (duas) vias, o qual ficará com uma destas.

14.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o seu não recebimento definitivo. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 30 de 32

adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

14.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

14.5 O recebimento provisório ou mensal não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. O valor contratado poderá ser reajustado anualmente, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data da entrega da proposta e a data de aniversário de apresentação da proposta, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = valor do reajustamento;

V = valor do contrato (excetuada a parcela relativa à mão-de-obra);

I_1 = nº índice do IPCA relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_0 = nº índice do IPCA relativo a data de entrega da proposta;

15.2. Para cálculo de I_1 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 31 de 32

I_1 = nº índice do IPCA relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_A = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

I_B = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário da apresentação da proposta;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

15.3. Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:

I_0 = nº índice do IPCA relativo a data de entrega da proposta;

I_C = nº índice do IPCA do mês anterior ao da entrega da proposta;

I_D = nº índice do IPCA do mês da entrega da proposta;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês da entrega da proposta e a data de sua entrega;

D_0 = nº de dias corridos do mês da entrega da proposta.

15.4. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à CONTRATADA efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 32 de 32

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

17.1 O teor do Edital, na modalidade de Pregão nº __/2017, seus anexos e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO

18.2 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

18.3 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual se extraíram 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: